

**20/10/2020**

**PLENÁRIO**

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.185 GOIÁS**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>REQTE.(S)</b>	<b>: GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: ASSOCIAÇÃO GOIANA DOS ADVOGADOS PÚBLICOS AUTÁRQUICOS - AGAPA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: OTÁVIO ALVES FORTE</b>

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES:** Acompanho o Relator no tocante ao mérito da ação, com as ressalvas mencionadas pela Ministra Cármen Lúcia e pelos Ministros Edson Fachin e Alexandre de Moraes, quanto ao papel da Advocacia-Geral da União em manifestações referentes à (in)constitucionalidade de normas, quando do julgamento de ações de controle concentrado por esta Corte.

E como voto.